

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A QUESTÃO DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Antonio Carlos Diegues

Pesquisador Sênior NUPAUB-USP.

INTRODUÇÃO

No mundo moderno, é cada vez maior a preocupação com os sintomas da degradação ambiental decorrentes do acúmulo crescente de dejetos urbano-industriais, do uso inadequado dos recursos naturais renováveis e não renováveis, da modificação dos espaços naturais pela urbanização e industrialização. Esses processos resultam na poluição generalizada dos rios e oceanos, da devastação das florestas, da poluição do ar nas áreas urbanas, do acúmulo de dióxido de carbono da atmosfera, da perda de solos cultiváveis e da diminuição drástica da biodiversidade. Essas pressões humanas sobre a natureza, na escala em que se realizam hoje, sobrepujam a capacidade de resiliência, de auto-regulação e renovação de muitos ecossistemas terrestres e aquáticos.

Em alguns países, sobretudo do Primeiro Mundo, cresce a preocupação com as chamadas mudanças climáticas que afetam a biosfera como um todo, tais como a redução da camada de ozônio, o aquecimento global da atmosfera, resultando na elevação do nível médio do mar e suas possíveis consequências devastadoras sobretudo sobre os países

insulares Há também uma preocupação crescente com os impactos desses processos não somente sobre os ecossistemas, mas sobretudo com a saúde e o bem estar das populações humanas.

No entanto frequentemente esses problemas ambientais são tidos como **naturais**, fruto de geração espontânea ou conseqüências inevitáveis da vida no homem sobre a terra.

Essa concepção simplista dos problemas se reflete em muitos programas de educação ambiental que visam estimular a proteção de espécies de animais e plantas em extinção sem atentar para a **dinâmica sócio-econômica** subjacente à degradação ambiental e causadora da mesma. Parece óbvio se afirmar que essa dinâmica não é natural, mas expressa uma forma historicamente determinada de relação do **homem com a natureza**. Nesse sentido, a questão ambiental surge como conseqüência das formas de articulação entre sociedade e natureza existentes através do tempo e que se concretizam nos diversos modelos ou estilos de desenvolvimento. A condição atual do meio-ambiente não é, portanto, um produto da natureza, mas das diversas formas de organização social que, no processo de utilização da natureza se utilizam-se, não somente de tecnologias mas também de sistemas simbólicos e de representações mentais do mundo natural. As sociedades, ao agir sobre a natureza dispõem de representações mentais sobre o significado e finalidade do mundo natural, sistemas simbólicos esses que variam de sociedade para sociedade, segundo os tempos históricos. Nesse sentido, mudar as relações homem-natureza passa necessariamente por alterações nesse complexo simbólico.

A **educação ambiental**, nessa perspectiva, deve levar a uma análise crítica dos problemas sócio-ambientais criados por uma determinada sociedade e procurar incentivá-la a participar na solução dos mesmos (Aguilar, 1992). A primeira condição, para que ela possa ser efetiva é levar em conta a complexidade das relações sociedade-natureza que se concretizam nos mais diversos ecossistemas. Em primeiro lugar, é importante se constatar que, apesar da uniformização crescente na utilização dos ecossistemas em sociedades cada vez mais inter-relacionadas, existem ainda diversos tipos de formas sociais de apropriação do mundo natural, desde as existentes nas sociedades tradicionais (de camponeses, extrativistas, pescadores) até as que ocorrem nos marcos das sociedades urbano-industriais. (Diegues, 1994). Em algumas dessas sociedades, os tipos de relação homem-natureza tem levado a uma artificialização e degradação crescentes enquanto que em outras, existem

ainda formas mais harmoniosas dessa relação, gerando impactos que não colocam em risco a resiliência dos ecossistemas.

Uma das soluções propostas para a conservação da natureza e seus atributos tem sido a criação de áreas naturais protegidas (parques, estações ecológicas, etc). Na maioria dessas áreas protegidas de uso indireto, não se permite a presença de quaisquer populações humanas, mas se estimulam as atividades de educação ambiental. Esses programas, muitas vezes, apresentam uma visão distorcida da importância do mundo natural e de suas relações com o mundo humano, pois procura-se estimular a preservação das espécies naturais e vegetais, deixando-se de lado a análise essencial das dinâmicas sociais e culturais causadoras da destruição ambiental, para a qual o estabelecimento de parques e reservas é tido como um antídoto.

Nesse sentido, é fundamental que sejam analisados os princípios que nortearam e ainda norteiam a criação desses parques e reservas, seu alcance efetivo na proteção do chamado **mundo selvagem** e sobretudo como eles refletem um determinado tipo de concepção das relações entre a sociedade e a natureza.

As concepções dessas áreas protegidas provem do século passado, tendo sido criadas primeiramente nos Estados Unidos, a fim de proteger a **vida selvagem** (*wilderness*) ameaçada, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza. A idéia subjacente é que, mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do mundo natural em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana. No entanto, mais do que a criação de um espaço físico, existe uma concepção específica de relação homem-natureza, própria de um tipo de naturalismo, que Moscovici (1974) denomina de **naturalismo reativo**; isto é, uma reação contra a corrente dominante do **culturalismo**.

Para o naturalismo da proteção da natureza do século passado, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, através de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverência-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer suas energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono. Parece realizar-se a reprodução do mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden. Esse neo-mito, ou mito moderno vem impregnado, no entanto, do pensamento racional representado por conceitos como

ecossistema, diversidade biológica, etc. Como afirma Morin (1986), o pensamento técnico-racional, ainda hoje se vê parasitado pelo pensamento mítico e simbólico.

A existência de um mundo natural selvagem, intocado e intocável faz parte, portanto, desses neo-mitos. Como afirma Ellen (1989), entretanto, a natureza *em estado puro* não existe, e as regiões naturais apontadas pelos biogeógrafos usualmente correspondem a áreas já extensivamente manipuladas pelos homens, seja material seja simbolicamente.

Esse neo-mito, no entanto, foi transposto dos Estados Unidos para países do Terceiro Mundo, como o Brasil onde a situação é ecológica, social e culturalmente distinta. Nesses países, mesmo nas florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, portadores de uma outra cultura (chamada neste trabalho de tradicional), de seus mitos próprios e de relações com o mundo natural distintas daquelas existentes nas sociedades urbano-industriais. Ora, a legislação brasileira que cria os parques e reservas prevê, como nos Estados Unidos, a transferência dos moradores para outras áreas, causando uma série de problemas de caráter ético, social, econômico, político e cultural.

A Diversidade Biológica e Cultural

O Brasil é um país que apresenta uma grande variedade de modos de vida e culturas diferenciadas que podem ser considerados **tradicionais**. Além disso, existe uma grande diversidade de tribos e povos indígenas, com mais de duas centenas de línguas diferentes. Ainda que estes últimos estejam incluídos entre as populações tradicionais, não são objeto deste estudo. Grande parte das populações indígenas vive em reservas, com uma legislação própria diferente da que rege as áreas naturais conservadas.

As populações e culturas tradicionais não-indígenas, são, de uma forma geral, consideradas camponesas (Queiroz, 1973), e são fruto de intensa miscigenação entre o branco colonizador, o português, a população indígena nativa e o escravo negro. Elas incluem os **caiçaras** que habitam o litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná; os **caipiras**, dos estados do sul; os **varjeiros** de rios e várzeas do Norte e Nordeste, as

comunidades **pantaneiras** e **ribeirinhas** do Pantanal Mato-grossense; **os pescadores artesanais**, como os jangadeiros do litoral nordestino; as comunidades de pequenos **produtores litorâneos de origem açoreana** de Santa Catarina, entre outras.. São populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, freqüentemente nos interstícios da monocultura e de outros ciclos econômicos. Com isolamento geográfico relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem uma grande dependência dos ciclos naturais, um conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra. Essa grande diversidade cultural, entretanto, não tem sido adequadamente estudada pelos etnólogos e antropólogos, pois, como avalia Manuel Diegues Jr. (1963) até recentemente, a preocupação maior tem sido o estudo das etnias indígenas.

Essa diversidade cultural e de modos de vida é evidente, por exemplo, nas regiões litorâneas brasileiras, e tem sua origem, provavelmente, no isolamento relativo das populações locais após o desvio dos grandes ciclos econômicos para o interior do país.

Muitas vezes, populações humanas retornaram à pequena produção de mercadorias, uma vez esgotado o ciclo econômico de exportação regional, como sucedeu com as populações caiçaras do litoral sul do Estado de São Paulo. Freqüentemente também, populações se instalaram em ecossistemas inadequados para a implantação de monoculturas de exportação como foi o caso das culturas tradicionais que se desenvolveram nas regiões montanhosas ou alagadas da Mata Atlântica, nas regiões ribeirinhas da Amazônia e do Pantanal, nos cordões arenosos do litoral nordestino.

Foi justamente nesses espaços territoriais litorâneos, de mata tropical úmida habitados por essas populações tradicionais que se implantaram grande parte das chamadas áreas naturais protegidas, a partir dos anos 30, no Brasil. Essas áreas, foram, em grande parte, ecologicamente bem conservadas pelo *modo de vida* dessas populações e de nenhum modo eram *desabitadas*.

Os Mitos Bio-Antropomórficos, os Neo-mitos e o Mundo Natural

O conceito de **wilderness** (mundo selvagem) que orientou a criação dos parques nacionais americanos em meados do sec.XIX , onde o mundo natural poderia ser apreciado e mesmo reverenciado pelas populações urbanas, sujeitas ao desgaste da sociedade industrial tem as características de uma visão paradisíaca, reportando-se ao mito do paraíso perdido.

A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado puro até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma proteção total.

Essa representação do mundo natural, expressa pelos chamados preservacionistas puros como John Muir e Thoreau, constituiu-se na justificativa para a criação de áreas naturais protegidas que deveriam permanecer intactas. Esse modelo de conservação chamada de moderna e a ideologia que lhe é subjacente espalhou-se para o resto do mundo.

No entanto, mesmo nos Estados Unidos, durante o século XIX existiam também outros mitos que norteavam as relações entre as populações indígenas norte-americanas e a natureza, mas que foram ignorados pelos preservacionistas puros norte-americanos e de outros países, mesmo do Terceiro Mundo. Esses mitos, chamados *bio-antropomórficos* por Morin (1991), interpretavam a relação dos índios com o mundo natural para os quais o mundo denominado *selvagem* era uma invenção dos brancos . Para o chefe Standing Bear, da tribo dos *Sioux*, as vastas planícies, montanhas e florestas faziam parte do mundo domesticado pela cultura indígena e porisso mesmo não eram selvagens.

É importante salientar que os mitos bio-antropomórficos não são apanágio exclusivo das populações indígenas, mas existem também, nos países do Terceiro Mundo, entre populações de caçadores, extrativistas, pescadores, agricultores itinerantes que vivem

ainda parcialmente afastados da economia de mercado, habitantes das florestas tropicais e outros ecossistemas distantes do chamado mundo urbano-industrial.

A Contemporaneidade dos Mitos Bio-Antropomórficos e dos Neo-Mitos

Para se entender os diversos **mitos** sobre a conservação do mundo natural de nossos dias é fundamental compreender que eles ainda hoje coexistem, de forma muitas vezes antagônicas, segundo os tipos de sociedades que as formulam, sejam elas as chamadas tradicionais ou as modernas.

Na concepção mítica das sociedades *primitivas e tradicionais* existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico. Essa unicidade é muito mais evidente nas sociedades indígenas brasileiras, por exemplo, onde o tempo para pescar, caçar e plantar é marcado por mitos ancestrais, pelo aparecimento de constelações no céu, por proibições e interdições, expressas em lendas como a da Mãe D'Água e da Caipora. Mas ela também aparece em culturas como: a caiçara do litoral sul; nos ribeirinhos amazonenses, de forma menos clara talvez, mas nem por isso menos importante. Como são culturas decorrentes da mescla de elementos indígenas, negros e portugueses, os remanescentes das culturas mais antigas (indígenas e negras) são, numa maior proporção, responsáveis pelas porções míticas do pensamento caiçara e dos ribeirinhos amazônicos. Entretanto, o sincretismo religioso, onde o elemento católico tradicional é fundamental, também dá sua contribuição ao pensamento mítico dessas sociedades tradicionais. Na verdade, porém, o contato mais estreito que hoje existe entre a maioria das comunidades tradicionais caiçaras e o mundo urbano-capitalista, a substituição crescente do catolicismo sincrético pelo protestantismo fundamentalista são elementos desintegradores do pensamento simbólico e mítico.

Considerando a importância da simbiose homens-ciclo naturais existente nas populações tradicionais, a noção de parques ou áreas naturais protegidas que excluam as populações tradicionais é incompreensível para as culturas portadoras desse pensamento

bio-antropomórfico. A disjunção forçada entre a natureza e a cultura tradicional, onde os homens são proibidos pelo Estado de exercer as suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa a imposição de um mito moderno: **o da natureza intocada e intocável**, próprio da sociedade urbano-industrial sobre as representações e símbolos das sociedades tradicionais, para os quais o homem está, de certa forma, imerso no mundo natural domesticado..

As Representações do Espaço: o Espaço Territorial Público, o Espaço Territorial dos "Comunitários" nas Áreas Naturais Protegidas

A criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades pré-industriais ou tradicionais é vista por estas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial.

“Essa usurpação é ainda mais grave quando a concretização de um neo-mito” (áreas naturais protegidas sem população) se faz com a justificativa da necessidade da criação de espaços públicos, em benefício da nação, na verdade, das populações urbano-industriais. Essa atitude é vista pelos moradores locais como uma expropriação violenta de seu território que significa uma porção da natureza sobre o qual eles reivindicam direitos estáveis de acesso, controle ou uso da totalidade ou parte dos recursos aí existentes. Essas comunidades tradicionais têm também uma representação simbólica desse espaço que lhes fornece os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais; isto é, aqueles que compõem a estrutura de uma sociedade (relações de parentesco, etc). A expulsão de suas terras implica na impossibilidade de continuar existindo como grupo portador de uma determinada cultura, gerando desequilíbrios que se exprimem de várias maneiras, levando frequentemente à sobre-exploração ilegal dos recursos naturais sobre os quais antes tinham domínio. Em muitos casos, consideram seu território, após a criação do parque, como pertencente à

polícia florestal ou aos administradores do parque, não sentindo-se mais compromissados com a conservação dos recursos naturais.

Existe aí uma visão conflitante entre o espaço público e espaço comunitário segundo perspectivas distintas e até opostas: a do Estado, representando interesses das populações urbano-industriais, e a das sociedades tradicionais. Na verdade, o que está implícito é que estas deveriam "sacrificar-se" para dotar as populações urbano-industriais de espaços naturais, de lazer e **contato com a natureza selvagem**. Ou ainda, segundo, uma versão mais moderna dos objetivos das áreas naturais protegidas de uso restrito: proteger a biodiversidade.

A Conservação da Natureza, os Saberes e o Poder

Como toda a mitologia antiga tem seus **guardiões** (os mais velhos, os pajés, etc), os neo-mitos da conservação também possuem os seus: entidades preservacionistas, instituições públicas ambientais; além de seus **sacerdotes**: os administradores dos parques, e seus auxiliares iluminados pelo conhecimento empírico-racional, os cientistas naturais que definem o que é biodiversidade, o quanto e como a natureza deve ser preservada, etc.

Configura-se, nesse caso, o confronto de dois **saberes**: o tradicional e o científico-moderno. De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano tendo em vista a conservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas, frequentemente, despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado. Em lugar da etnociência, instala-se o poder da ciência moderna, com seus modelos ecossistêmicos, com a administração "moderna" dos recursos naturais, com a noção de capacidade de suporte baseada em informações científicas (na maioria das vezes, insuficientes).

Para o neo-mito, o mundo natural tem vida própria, é objeto de estudo e manejo, aparentemente sem a participação do homem. O saber moderno se arvora não só em juiz de todo o conhecimento, mas até da proteção de uma natureza *intacta*, portadora de uma biodiversidade sobre a qual a ação humana teria efeitos devastadores. Não é para menos que em todas as áreas naturais protegidas, a pesquisa científica é permitida, mas não o etnoconhecimento, pois esse exige a presença das comunidades tradicionais, o reconhecimento do saber, de técnicas patrimoniais e, sobretudo, a valorização de uma relação simbiótica entre o homem e a natureza.

Nesse sentido, é esclarecedora a análise de Pálsson (1990) ao estabelecer a relação entre os sistemas de produção na pesca islandesa e a simbologia, as representações sobre o mar e o discurso social. Ele utiliza-se do conceito de cultura expresso por Geertz (1973), segundo o qual os homens constroem representações cognitivas, verdadeiros mapas mentais que orientam suas ações. Outras representações mentais são construídas para tornar compreensíveis as experiências e seres da natureza, por exemplo peixes, sua natureza e suas relações com os humanos. Essas representações são meios pelos quais os homens reinventam seus mundos, reforçando ou transformando os mundos de seus antecessores. Apesar da diversidade dos objetivos e dimensões, as diferentes modalidades de representações estão intimamente relacionadas com o fluxo da vida social.

Essas reflexões são importantes também no que se refere à contraposição entre o saber tradicional e a ciência utilizada para a conservação das áreas protegidas. Muito raramente, esse vasto conhecimento tradicional e, sobretudo as técnicas de manejo patrimoniais, são reconhecidas como adequadas para a administração dos recursos naturais. Os chamados **planos de manejo** de áreas protegidas não costumam incorporar o conhecimento e manejos tradicionais, refletindo a dicotomia entre homem e natureza. Os denominados **atributos naturais dos ecossistemas** definidos pela biologia, ecologia não-humana se tornam os únicos critérios **cientificamente** válidos para se administrar o espaço e os recursos naturais. A natureza, milagrosamente, se retifica e é apossada, em termos científicos, pelo que Morin define como os grandes sacerdotes da ciência. Sabe-se, porém, que a contribuição das ciências naturais para a conservação ainda está em seu início, e muitos de seus pressupostos são discutíveis.

Tendo em vista as limitações das contribuições da própria ciência, deveria haver um esforço maior em se integrar o etnoconhecimento das populações tradicionais nos planos de manejo. . Esse planejamento participativo, com definição dos espaços a serem utilizados e protegidos negociados com a população local pode garantir uma conservação mais adequada dos ecossistemas. Cabe às populações tradicionais, em colaboração com a administração pública a definição de que áreas devem ser preservadas e de quais podem ser utilizadas, de modo sustentável. Com elas devem ser definidas também as sanções para aqueles que infringem as normas de uso anteriormente negociadas. Dessa maneira, os planos de manejo perdem seu caráter autoritário e tecnocrático, passando a ser um processo de integração gradativa do conhecimento, dos fazeres e das técnicas patrimoniais nas tomadas de decisões sobre o uso do espaço por longo tempo habitado e usado pelo morador tradicional.

Finalmente, a permanência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas não se justifica somente pela proteção e reconhecimento da grande bagagem de etnoconhecimento transmitido de geração em geração a respeito das condições naturais, pela necessidade de garantir seus direitos históricos a seu território, mas também como exemplos a serem considerados pela civilização urbano-industrial na redefinição necessária de suas relações atuais com a natureza.

CONCLUSÕES

As áreas naturais protegidas, sobretudo as de uso restritivo, mais do que uma estratégia governamental de conservação, reflete, de forma emblemática, um tipo de relação homem-natureza. A expansão da idéia de parques nacionais desabitados, a partir dos Estados Unidos em meados do século passado, retoma , de um lado o mito de *paraísos naturais intocados*, à semelhança do Éden de onde foram expulsos Adão e Eva, do Jardim das Hespérides dos Gregos, e das Ilhas Bem-aventuradas medievais, e de outro se baseia no “ conservacionismo reativo” no dizer de Moscovici. Esse conservacionismo reativo do século XIX, pelo qual se atribuem ao mundo natural todas as virtudes e à sociedade todos

os vícios foi uma reação ao culturalismo, que via na natureza a enfermidade do homem, uma ameaça de volta à selvageria à qual deve se opor a cultura.

O tema também relança o debate sobre a importância dos mitos e das simbologias nas sociedades modernas. Por mais que a sociedade urbano-industrial e o avanço das ciências tenham, entre outros fatores, dessacralizado o mundo e enfraquecido os mitos, a imagem de parque nacional e outras áreas protegidas como um paraíso em que a “natureza virgem” se expressa em toda a sua beleza, transformando-se num objeto de reverência por parte do homem urbano ressalta a idéia de que a mitologia tem vida longa e podem renascer à sombra da racionalidade. Esse mito da natureza intocada e intocável reelabora não somente crenças antigas, mas incorpora também elementos da ciência moderna, como a noção de biodiversidade, das funções dos ecossistemas, numa simbiose expressa pela aliança entre determinadas correntes das ciências naturais e do ecologismo preservacionista. A persistência da idéia de um mundo natural, selvagem, não tocado tem uma força considerável, sobretudo entre as populações urbanas e industriais que perderam, em grande parte, o contato cotidiano e de trabalho com o meio rural. Isso apesar de evidências científicas crescentes de que nas diversas centenas de milhares de vida humana, os homens, de uma forma ou outra interferiram, com maior ou menor intensidade nos diversos ecossistemas terrestres, hoje restando muito pouco de natureza virgem, intocada.

É importante se ressaltar que a concretização histórica desse mito de natureza intocada, através da criação de parques naturais e reservas se deu e ainda se dá, nos países tropicais, em áreas freqüentemente habitadas por populações tradicionais, portadoras, por sua vez, de outros mitos e simbologias relativos à natureza. O conflito entre a visão das chamadas “populações tradicionais” e a dos preservacionistas/ entidades conservacionistas tradicionais estatais não pode ser analisado, no entanto, simplesmente em termos de oposições entre mitologias e simbolizamos. O conflito se reporta também à ecologia política ou à política *tout-court* na medida em que o Estado impõe sobre espaços territoriais onde vivem populações tradicionais outros espaços tidos como “modernos e públicos: o dos parques e reservas de onde, por lei necessariamente devem ser expulsos os moradores. Num primeiro momento, esses atores sociais são *invisíveis*, e os chamados planos de manejo dos parques, muitas vezes, sequer mencionam sua existência. O reconhecimento de sua existência e até de sua importância para a conservação e manutenção da diversidade

biológica é fenômeno recente, causado pelo surgimento, em países do Terceiro Mundo, de um ecologismo diferente daquele dos países industrializados. Esse novo ecologismo que absorve princípios do chamado “novo naturalismo” de Moscovici se traduz em movimentos sociais que propõem o respeito à diversidade cultural como base para a manutenção da diversidade biológica, uma nova aliança entre o homem e a natureza, e a necessidade da participação democrática na gestão dos espaços territoriais. A visibilidade maior dos moradores de parques se deu também pelos conflitos gerados com a entrada de populações sem terra em áreas de parque já decretadas, mas muitas vezes não efetivamente administradas pelo poder público. Populações tradicionais e moradores recém-chegados começaram a se organizar recentemente contra a ação fiscalizadora do Estado que, na maioria das vezes, impede a reprodução social e cultural dessas comunidades humanas. Esses conflitos começam a tomar uma dimensão nacional, havendo afrontamentos cada vez maiores entre os moradores e as administrações de parques e reservas.

Como foi mostrado no decorrer do texto, muitas das idéias preservacionistas do *mundo natural* se baseiam em concepções de uma natureza intocada e não-domesticada, na noção de equilíbrio dos ecossistemas, dificilmente encontráveis mesmo nas florestas tropicais. A nosso ver deve-se rejeitar tanto a visão utilitarista da conservação, pela qual qualquer impacto de atividades humanas pode ser revertido pela tecnologia moderna, quanto a visão estritamente preservacionista baseada no pressuposto que, colocando-se de lado áreas naturais para conservação, automaticamente se garantirá a integridade biológica. Em países do Terceiro Mundo, a conservação poderá ser melhor conseguida com a real integração e participação das populações tradicionais que, como afirmado anteriormente, em grande parte foram responsáveis pela diversidade biológica que hoje se pretende resguardar.

Por outro lado, há também a necessidade de se resguardar de uma visão simplista do **selvagem** ecologicamente nobre. Nem todos os moradores são conservacionistas natos, mas entre eles há populações tradicionais que armazenaram um vasto conhecimento empírico do funcionamento do mundo natural em que vivem.

Há uma grande necessidade de se conhecer melhor as relações entre a manutenção da diversidade biológica e a conservação da diversidade cultural. Quase nenhuma pesquisa sistemática foi realizada nesse sentido. Até hoje, no Brasil, a avaliação de uma área a ser

declarada unidade de conservação tem sido responsabilidade única dos cientistas naturais. É necessária uma visão interdisciplinar, onde trabalhem de forma integrada biólogos, engenheiros florestais, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, juntamente com as populações tradicionais. Como afirma Gomez-Pompa & Kaus (1992) estamos discutindo e estabelecendo políticas sobre um tema que conhecemos pouco; e aquelas populações que conhecem melhor, raramente participam dos debates e decisões. Há necessidade de pesquisar melhor as influências humanas, passadas e presentes nas áreas naturais, os sistemas tradicionais e modernos de manejo e conservação, as diversas percepções existentes entre as populações tradicionais sobre conservação e uso de recursos naturais, os mitos e crenças que podem facilitar uma real participação das populações locais no planejamento e implantação de áreas naturais protegidas.

As conseqüências das reflexões acima para a *Educação Ambiental* são óbvias. Não se trata, principalmente nos países do Terceiro Mundo, de tentar preservar a natureza, de forma isolada, como se ela, para efeitos de conservação, existisse de forma independente da ação humana. É importante que a educação ambiental se baseie na análise crítica das relações entre o homem e a natureza, entendendo e combatendo, de um lado as causas da degradação ambiental e, de outro, valorizando aquelas sociedades que manifestem um respeito, uma interação mais harmoniosa com o mundo natural e seus ciclos. Nesse sentido, a sociedade moderna tem muito a apreender com o saber e o saber-fazer das populações tradicionais no que diz respeito ao trato e à conservação da natureza.

Nesse processo de aprendizado, os moradores tradicionais, portadores de um vasto conhecimento empírico sobre a floresta, os rios e as espécies, poderão ser também professores, ensinando como respeitar o mundo natural, inclusive com a ajuda de seus mitos e lendas.

BIBLIOGRAFIA

- DIEGUES, A.C. 1994 *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, NUPAUB-USP
- DIEGUES JÚNIOR, M. 1960 *Regiões culturais no Brasil*. Rio de Janeiro MEC/INEP.
- ELLEN, R. 1989 *Environment, subsistence and system: the ecology of small-scale formations*. New York, Cambridge University Press
- GEERTZ, C. 1992 “The growth of culture and evolution of mind”. In: SCHER, J. (ed.) *Theories of Mind*. Gencloe, Free Press, 713-740
- HARDIN, G. 1988 “The tragedy of the Commons”. In: *Science*, n.162
- MORIN, E. 1991 *La Méthode. Les idées, leur habitat, leur vie, leurs moeurs, leur organization* Paris, Seuil.
- MESA, A.L. 1992 “Educación ambiental, para qué?” In: *Nueva Sociedad*, n. 122, nov.-dez.
- MOSCOVICI, S. 1974 *Hommes domestiques, hommes sauvages*. Paris, Collection 10/18.
- QUEIROZ, M. I. 1973 *O campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis, Vozes-EDUSP.
- VIOLA, E. & LEIS, H. 1986. “O movimento ecológico no Brasil (1974-86). Do ambientalismo à eopolítica”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1 (3), 5-26.